



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2025 QUE
FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE
ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MATO GROSSO
DO SUL E A EMPRESA PIRONTI E MOURA
ADVOGADOS ASSOCIADOS.**

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO MATO GROSSO DE SUL (Crea-MS), autarquia federal de fiscalização da atividade profissional, inscrito na CNPJ nº 15.417.520/0001-71, com sede na Rua Sebastião Taveira, 268, São Francisco, na cidade de Campo Grande-MS, CEP 79010-480, neste ato representado por sua Presidente, **Engenheira Agrimensora VÂNIA ABREU DE MELLO**, inscrita no CPF sob o nº doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **PIRONTI E MOURA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, sociedade simples pura, inscrita no CNPJ sob o nº 08.726.128/0001-49, com sede na Av. Vicente Machado, 1001, 3ºandar, conjuntos 401, 402, 403, 404, 405 e 406, Bairro Batel, Curitiba-PR, CEP 80-420-011, neste ato representada por **RODRIGO PIRONTI AGUIRRE DE CASTRO**, legalmente inscrito na OAB-PR 36.363, inscrito no CPF sob o nº doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº P2025/064501-1 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 091/2025, com fulcro no art. 74, inciso III, alínea “c” da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento consiste na assessoria jurídica especializada no tema de Compliance, Gestão de Riscos e Privacidade e Proteção de Dados para continuidade ao Apoio ao Processo de Gestão de Riscos e Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados e para desenvolvimento do Programa de Combate ao Assédio e o Mapeamento de Riscos Operacionais, com o objetivo de identificar e avaliar os riscos existentes, bem como os controles em vigor, a fim de assegurar que as operações estejam alinhadas com as melhores práticas de governança e eficiência, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta apresentada.

1.2. São elas:

1.2.1. **CONTINUIDADE AO APOIO AO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS E ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS:**

- a) Orientações técnicas nas respostas a questionamentos advindos de titulares e outras instituições;
- b) Manutenção do Mapeamento de Dados e da Matriz de Riscos e aperfeiçoamento do Sistema de privacidade;
- c) Apoio nos reportes acerca do relatório de impacto à proteção de dados;
- d) Desenvolvimento do plano de capacitação e treinamentos periódicos;
- e) Apoio na comunicação com a autoridade nacional de Proteção de Dados – ANPD;
- f) Consultoria para o reporte de incidentes de segurança;
- g) Elaboração e auxílio no plano de comunicação interna e externa do sistema de privacidade; e
- h) Orientação técnica na revisão de políticas relacionadas à privacidade.
- i) Emissão de parecer técnico jurídico – Nota Técnica.

1.2.2. **RISK ASSESSMENT**

1.2.2.1. FASE 1 – Mapeamento e Coleta de Dados:

- a) Mapeamento e entendimento geral da estrutura de integridade e governança do órgão.
- b) Análise de documentos existentes pertinentes ao Sistema de Integridade, como, por exemplo, Código de Conduta, Política e Regimentos Internos, Relatórios de Auditorias ou Inspeções, se houver, medidas disciplinares internas aplicadas em casos anteriores de corrupção, assédio, entre outros, evidências de treinamentos, bem como todas as diretrizes comportamentais.

1.2.2.2. FASE 2 – Análise de Maturidade

- a) Aplicação de questionários de maturidade a fim de identificar as percepções gerais de uma amostragem de colaboradores sobre os compromissos da empresa no que diz respeito à ética e à integridade.

1.2.2.3. FASE 3 – Elaboração de Matriz de Riscos

- a) Realização de entrevistas com as principais áreas e departamentos da empresa com o objetivo de identificar os processos críticos e os principais riscos de integridade a estes relacionados.
- b) Estruturação ou revisão da Matriz de Riscos de Integridade, em conformidade com os mais recentes padrões das normas técnicas ISO 31.000 e 37.301. Com a classificação dos

riscos mapeados, bem como prevendo as sugestões de planos de ação para mitigação do cenário de riscos.

1.2.2.4. FASE 4 – Elaboração de Políticas e Procedimentos

- a) Revisão ou elaboração das normativas da Instituição relacionadas à Integridade e Gestão de Riscos.

1.2.3. **COMBATE AO ASSÉDIO**

1.2.3.1. FASE 1 – Análise do Ambiente Laboral

- a) Coleta de análise de organograma, documentos relacionados ao Sistema de Integridade, de orientações comportamentais referentes à conduta dos colaboradores da companhia e de qualquer iniciativa de combate a assédio já aplicada pela instituição;
- b) Análise crítica de procedimentos operacionais que descrevam controle e gestão operacional de colaboradores da instituição;
- c) Realização da Pesquisa de Combate ao Assédio, através da aplicação de formulários a todos os níveis hierárquicos da instituição para análise do ambiente de trabalho, posicionamento da gestão e arcabouço preventivo; e
- d) Elaboração de Nota Técnica contendo metodologia adota na Pesquisa de Combate ao Assédio, bem como a compilação das respostas em gráficos e análise crítica dos resultados.

1.2.3.2. FASE 2 – Diagnóstico de Riscos Comportamentais

- a) Realização de entrevistas com área de impacto e de gestão;
- b) Construção de uma Matriz de Riscos Comportamentais baseada em metodologia internacionalmente reconhecida;
- c) Estruturação de planos de ação para gestão de riscos comportamentais;
- d) Elaboração da Política de Combate ao Assédio da Instituição;
- e) Apoio na estruturação do Canal de Denúncias e Comissão/Comitê de Combate ao Assédio; e
- f) Criação do Plano Estruturado de Aculturamento para Combate ao Assédio.

1.2.3.3. FASE 3 – Aculturamento para Combate ao Assédio

- a) Aplicação de até 3 (três) treinamentos a todos os níveis hierárquicos da companhia de forma personalizada;
- b) Capacitação da Alta Administração da companhia para Gestão de Crises Comportamentais;
- c) Elaboração de materiais de comunicação para engajamento de aderência;

- d) Aplicação de avaliações para medição qualitativa dos treinamentos;
 - e) Registro dos treinamentos para evidência de efetividade do sistema de integridade em conformidade com a legislação vigente; e
 - f) Produção de 01 (um) vídeo-treinamento para on-boarding.
- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. A Proposta do CONTRATADO;
 - 1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global.
- 3.2. O cronograma de atividades é o descrito no Anexo I deste Contrato.
- 3.3. Os modelos de gestão e de execução, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 597.600,00 (quinhentos e noventa e sete mil e seiscentos reais)**, sendo realizado em 12 (doze) parcelas no importe de **R\$ 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais)** cada.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais,

trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será realizado mensalmente e os respectivos valores definidos no subitem 5.1.
- 6.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022.](#)
- 6.3. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)
- 6.4. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 6.4.1. o prazo de validade;
 - 6.4.2. a data da emissão;
 - 6.4.3. os dados do contrato;
 - 6.4.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 6.4.5. o valor a pagar; e
 - 6.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 6.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE;
- 6.6. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 6.7. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
 - 6.7.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - 6.7.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

6.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

6.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.10. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

6.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.12. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até (10) dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022.

6.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

$$EM = \text{Encargos moratórios};$$

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = 6 / 100 / 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-------------------	--

6.14. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.16.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/11/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, observada a variação do IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, acumulado em 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE, além das previstas no termo de referência;
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Anexo I ao Contrato;
- 8.4. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcelaicontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar a unidade responsável para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 20 (vinte) dias.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.14. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no Termo de Referência;
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#);
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

Rua Sebastião Taveira, 268 • Bairro São Francisco • CEP 79010-480 • Campo Grande – MS

Fone: 0800 368 1000 • Site: www.creams.org.br • E-mail: creams@creams.org.br

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.25. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
- iv) **Multa**:
 - (1) Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5,0% a 10,0% do valor do Contrato.
 - (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 5,0% a 10,0% do valor do Contrato.
 - (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 1,0% a 5,0% do valor do Contrato.
 - (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 1,0% a 2,5% do valor do Contrato.
 - (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 1,0% a 2,5% do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#))

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.11. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos

previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).

12.12. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([art. 161, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#))

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

12.14. Os débitos do CONTRATADO para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- 13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.
- 13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.4.3. Indenizações e multas.
- 13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#)).
- 13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Crea-MS, para o exercício 2024, na dotação discriminada abaixo:

14.1.1. Conta: 6.2.2.1.1.01.04.09.002-Serviço de Assessoria e Consultoria | Centro de Custo: 1.03.01.013 - APG - Serviços Terceirizados em decorrência das atividades da Assessoria de Planejamento e Gestão.

- 14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente,

segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).
- 16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. O contrato será assinado digitalmente pelo CONTRATANTE e CONTRATADO, nos termos do Decreto nº 10.543, de 13, de novembro de 2020, que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o art. 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, quanto ao nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em interações com o ente público.

18.1.1. Para conferir a validade jurídica, a autenticidade do documento digital e o atributo de não repúdio referente à assinatura o usuário deverá utilizar um dos seguintes meios:

- 18.1.1.1. Assinatura eletrônica simples: a que permite identificar o seu signatário e que anexa ou associa dados a outros dados em formato eletrônico do signatário;
- 18.1.1.2. Assinatura eletrônica avançada: a que utiliza certificados não emitidos pela ICP-Brasil ou outro meio de comprovação da autoria e da integridade de documentos em forma eletrônica, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento;
- 18.1.1.3. Assinatura eletrônica qualificada: a que utiliza certificado digital, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória n. 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.
- 18.1.2. A assinatura eletrônica simples, avançada e qualificada de documentos importa na aceitação das normas regulamentares sobre o assunto e na responsabilidade do usuário por sua utilização indevida.
- 18.1.3. Para poder efetivar as assinaturas eletrônicas, o CONTRATADO deverá efetivá-la diretamente no Portal de Serviços do Crea-MS, devendo, portanto, estar cadastrada nesse sistema.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Campo Grande-MS, Seção Judiciária da comarca de Campo Grande/MS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.](#)

Campo Grande-MS.

RODRIGO PIRONTI AGUIRRE DE CASTRO
PIRONTI E MOURA ADVOGADOS ASSOCIADOS
CONTRATADA

ENG. AGR. VÂNIA ABREU DE MELLO
PRESIDENTE DO CREA-MS
CONTRATANTE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ANEXO I DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2025

DESCRÍÇÃO DAS FASES COM OS PRAZOS DE ENTREGA

I. CONTINUIDADE AO APOIO AO PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS E ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – CREA-MS

A. Orientações técnicas nas respostas a questionamentos advindos de titulares e outras instituições

- i. Apoio contínuo na elaboração de orientações técnicas inéditas a respeito de questionamentos advindos de Titulares e outras Instituições sobre aspectos do tratamento de dados executado pela Auditoria e seus órgãos.
- ii. Data prevista de início do módulo: 05/01/2026.
- iii. Data prevista de fim do módulo: 22/12/2026.

B. Manutenção do Mapeamento de Dados e da Matriz de Riscos e aperfeiçoamento do Sistema de privacidade

- i. Atuação continuada na manutenção do Mapeamento de Dados e da Matriz de Riscos junto aos Departamentos existentes e em caso de novos Departamentos previstos no organograma. Aperfeiçoamento dos planos de ação que compõem o Programa de Governança em Privacidade, bem como apoio na execução e aplicação das novas publicações e orientações da ANPD.
- ii. Data prevista de início do módulo: 12/01/2026.
- iii. Data prevista de fim do módulo: 09/12/2026.

C. Apoio nos reportes acerca do relatório de impacto à proteção de dados

- i. Atualização e manutenção dos Relatórios de Impacto à Proteção de Dados do Crea-MS, para os tratamentos de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, conforme a atualização do mapeamento de dados e da Matriz de Riscos.
- ii. Data prevista de início do módulo: 12/01/2026.
- iii. Data prevista de fim do módulo: 18/12/2026.

D. Desenvolvimento do plano de capacitação e treinamentos periódicos

- i. Desenvolvimento do plano de capacitação dos empregados a respeito das boas práticas cotidianas de privacidade e proteção de dados, consistente em treinamentos periódicos virtuais, adotando modelos já existentes na Autarquia.
 - ii. Data prevista de início do módulo: 05/01/2026.
 - iii. Data prevista de fim do módulo: 22/12/2026.
- E. Apoio na comunicação com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD**
- i. Apoio técnico-jurídico em processos administrativos instaurados no âmbito da ANPD e demais comunicações entre a Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais do Crea-MS e a Autoridade.
 - ii. Data prevista de início do módulo: 05/01/2026.
 - iii. Data prevista de fim do módulo: 22/12/2026.
- F. Consultoria para o reporte de incidentes de segurança**
- i. Consultoria e apoio na gestão de incidentes de segurança que envolvam dados pessoais ocorridos na Autarquia, com o intuito de garantir o atendimento aos requisitos legais, seguindo o Plano de Resposta a Incidentes e elaborando o relatório quanto a necessidade de comunicação à ANPD, assim como permitir a minimização dos impactos aos titulares de dados.
 - ii. Data prevista de início do módulo: 05/01/2026.
 - iii. Data prevista de fim do módulo: 22/12/2026.
- G. Elaboração e auxílio no plano de comunicação interna e externa do sistema de privacidade**
- i. Ainda, apoio técnico na manutenção do plano de comunicação interna e externa do Programa de Governança em Privacidade do Crea-MS, contemplando materiais de divulgação de tópicos relevantes ao escopo do Programa.
 - ii. Data prevista de início do módulo: 05/01/2026.
 - iii. Data prevista de fim do módulo: 22/12/2026.
- H. Orientação técnica na revisão de políticas relacionadas à privacidade**
- i. Orientação técnica na revisão, elaboração e implementação de Políticas relacionadas à privacidade e proteção de dados, objetivando a padronização de condutas e a implementação das boas práticas de privacidade e segurança da informação, alinhando aos normativos e modelos já existentes no Crea-MS.
 - ii. Data prevista de início do módulo: 05/01/2026.

- iii. Data prevista de fim do módulo: 22/12/2026.

II. RISK ASSESSMENT

A. FASE 1 – Mapeamento e Coleta de Dados

- i. Mapeamento e entendimento geral da estrutura de integridade e governança do órgão, bem como na análise dos documentos existentes relacionados ao Sistema de Integridade. Serão examinados, entre outros, o Código de Conduta, políticas e regimentos internos, relatórios de auditorias ou inspeções, quando existentes, registros de medidas disciplinares aplicadas em casos anteriores, evidências de treinamentos realizados e demais diretrizes comportamentais.
- ii. Como entregável, está previsto o desenvolvimento ou a revisão do Plano de Trabalho (workstatement), alinhado aos objetivos institucionais do órgão para o aprimoramento e a avaliação do seu Sistema de Integridade.
- iii. Data prevista de início: 10 (dez) dias após o início da vigência contratual.
- iv. Data prevista de fim: 60 (sessenta) dias após o prazo acima.

B. FASE 2 – Análise de Maturidade

- i. Aplicação de questionários de maturidade, com o objetivo de identificar as percepções gerais de uma amostragem de colaboradores acerca dos compromissos da instituição no que se refere à ética e à integridade.
- ii. Como entregável, será elaborada uma nota técnica contendo a análise do nível de maturidade dos empregados em relação às iniciativas de Integridade aderentes à realidade do órgão, com o mapeamento das principais oportunidades de melhoria, dos normativos que deverão ser criados ou revisados e de eventuais situações de riscos de integridade, as quais serão posteriormente validadas na Fase 3.
- iii. Data prevista de início: 10/03/2026.
- iv. Data prevista de fim: 12/06/2026.

C. FASE 3 – Elaboração de Matriz de Riscos

- i. Realização de entrevistas com as principais áreas e departamentos da instituição, com o objetivo de identificar os processos críticos e os principais riscos de integridade a eles relacionados. Estruturação ou a revisão da Matriz de Riscos de Integridade, em conformidade com os padrões mais recentes das normas técnicas ISO 31.000 e ISO 37.301, contemplando a classificação dos riscos mapeados e a

proposição de planos de ação voltados à mitigação do cenário de riscos identificado.

- ii. Como entregáveis, estão previstos a Matriz de Riscos de Integridade, o Mapa de Calor 5x5, os fluxogramas dos processos-chave decorrentes da Matriz de Riscos Estratégicos e de Integridade, a criação de testes de controle e conformidade, bem como a elaboração de nota técnica contendo a metodologia de gestão de riscos adotada na implantação do Sistema de Integridade.
- iii. Data prevista de início: 15/06/2026.
- iv. Data prevista de fim: 14/09/2026.

D. FASE 4 – Elaboração de Políticas e Procedimentos

- i. Revisão ou na elaboração das normativas institucionais relacionadas à Integridade e à Gestão de Riscos.
- ii. Como entregáveis, estão previstos o Código de Conduta, a Política de Consequências, bem como a revisão e a adequação da norma interna de fiscalização do órgão, com base nas diretrizes do COSO, além da elaboração ou atualização da Política de Gestão de Riscos.
- iii. Data prevista de início: 15/09/2026.
- iv. Data prevista de fim: 22/12/2026.

III. COMBATE AO ASSÉDIO – CREA-MS

A. FASE 1 – Análise do Ambiente Laboral

- i. Coleta e na análise do organograma da instituição, bem como de documentos relacionados ao Sistema de Integridade, às orientações comportamentais aplicáveis à conduta dos colaboradores e às iniciativas de prevenção e combate ao assédio eventualmente já adotadas pela companhia.
- ii. Análise crítica dos procedimentos operacionais que descrevem os mecanismos de controle e de gestão operacional de pessoas.
- iii. Pesquisa de Combate ao Assédio, por meio da aplicação de formulários a todos os níveis hierárquicos da instituição, com o objetivo de avaliar o ambiente de trabalho, o posicionamento da gestão e o arcabouço preventivo existente.
- iv. Como entregável, será elaborada nota técnica contendo a metodologia adotada na Pesquisa de Combate ao Assédio, bem como a consolidação das respostas em gráficos e a análise crítica dos resultados obtidos.

- v. Data prevista de início: 05/01/2026.
- vi. Data prevista de fim: 30/04/2026.

B. FASE 2 – Diagnóstico de Riscos Comportamentais Realização de entrevistas com áreas de impacto e de gestão, com o objetivo de identificar situações, práticas e vulnerabilidades relacionadas aos riscos comportamentais no ambiente de trabalho.

- i. A partir desse diagnóstico, será construída uma Matriz de Riscos Comportamentais, baseada em metodologia internacionalmente reconhecida, bem como estruturados planos de ação voltados à gestão e à mitigação desses riscos. A fase contemplará, ainda, a elaboração da Política de Combate ao Assédio da instituição, o apoio à estruturação do Canal de Denúncias e da Comissão ou Comitê de Combate ao Assédio, além da criação de um Plano Estruturado de Aculturamento voltado à prevenção e ao enfrentamento de condutas de assédio.
- ii. Data prevista de início: 30/04/2026.
- iii. Data prevista de fim: 31/08/2026.

C. FASE 3 – Aculturamento para Combate ao Assédio

- i. Aplicação de até três treinamentos direcionados a todos os níveis hierárquicos da companhia, de forma personalizada, considerando os diferentes públicos e níveis de exposição a riscos comportamentais.
- ii. Capacitação da Alta Administração para a gestão de crises comportamentais, bem como a elaboração de materiais de comunicação voltados ao engajamento e à aderência às diretrizes institucionais.
- iii. Serão aplicadas avaliações para a mensuração qualitativa da efetividade dos treinamentos, com o devido registro das capacitações como evidência de conformidade e efetividade do Sistema de Integridade, nos termos da legislação vigente. Produção de um vídeo-treinamento destinado ao processo de onboarding de novos colaboradores.
- iv. Data prevista de início: 31/08/2026.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO PIRONTI AGUIRRE DE CASTRO**, em **19/12/2025**, às **15:08**, conforme horário oficial de Campo Grande, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [DECRETO Nº 10.543, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020](#)



Documento assinado eletronicamente por **VANIA ABREU DE MELLO, Presidente**, em **19/12/2025**, às **13:06**, conforme horário oficial de Campo Grande, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [DECRETO Nº 10.543, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020](#)